

Direito Penal

Professora: Claudia Barros

Contravenções Penais – Parte 1

Resumo

A Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41) traz em seu art. 8º o erro de direito:

Art. 8º No caso de ignorância ou de errada compreensão da lei, quando escusáveis, a pena pode deixar de ser aplicada.

A teoria do erro, atualmente, deve ser estudada sob a ótica do erro de tipo e do erro de proibição, tal qual disciplinada pelo Código Penal, não servindo o art. 8º acima transcrito para aplicação nesse tema.

Pena de Multa

O art. 9º da Lei de Contravenções também traz disposição já superada, conforme se depreende de sua leitura:

Art. 9º A multa converte-se em prisão simples, de acordo com o que dispõe o Código Penal sobre a conversão de multa em detenção.

A pena de multa não pode ser convertida em pena de prisão. Quando não paga, se transforma em dívida de valor, a ser cobrada como dívida da Fazenda Pública.

O CP estipula o prazo máximo de cumprimento de 30 anos para as penas privativas de liberdade (art. 75/CP). A Lei de Contravenções estipula o tempo máximo de 5 anos para o cumprimento da pena de prisão simples, nos termos do art. 10:

Art. 10. A duração da pena de prisão simples não pode, em caso algum, ser superior a cinco anos, nem a importância das multas ultrapassar cinquenta contos.

O artigo aborda também o limite de valor da pena de multa, mas traz valores na moeda da época. Por isso, observa-se o sistema de dias-multa disposto no Código Penal.

Penas Acessórias

A Lei de Contravenções lista as penas acessórias em seu art. 12, porém não há que se falar mais na existência de tais penas, mas sim em efeitos da condenação.

Medida de Segurança

A legislação sobre medida de segurança se aplica às contravenções penais, conforme art. 13:

Art. 13. Aplicam-se, por motivo de contravenção, as medidas de segurança estabelecidas no [Código Penal](#), à exceção do exílio local.

As mesmas hipóteses e os mesmos tipos de medidas de segurança se aplicam à Lei de Contravenções.

Obs.: A Lei traz disposição de presunção de periculosidade (art.14), que não é mais cabível no nosso ordenamento jurídico. Atualmente, para que haja aplicação de medida de segurança deve haver periculosidade comprovada e uma vez cessada esta, suspende-se a medida.

O prazo mínimo de duração de internação é de 6 meses, segundo a Lei de Contravenções. Mas, permite que o juiz substitua internação por liberdade vigiada.

As contravenções penais são todas de Ação Penal Pública Incondicionada, não dependendo de representação (condição de procedibilidade).

Contravenções em Espécie

As contravenções referentes à pessoa estão disciplinadas nos artigos 18 a 23 da Lei de Contravenções Penais.

- Armas

As armas podem ser impróprias ou próprias (aquelas que foram feitas para ataque e defesa). Estas se dividem em armas de fogo e armas brancas. As armas próprias de fogo estão tratadas na Lei 10.826/2003, que representou uma progressão desarmamentista do ordenamento. Contudo, em 2005, a população brasileira foi a referendo e não decidiu pelo fim da comercialização de armas no território.

Os ilícitos referentes à arma de fogo constituem crime, restando pouca matéria a ser tratada pela Lei de Contravenções Penais.